

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE O DOCUMENTO DE REFERÊNCIA E O PROCESSO POLÍTICO DO VI CONGRESSO INTERNO DA FIOCRUZ<sup>1</sup>**

*Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio*

O coletivo dos trabalhadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz reuniu-se em Assembleia, nos dias 16, 20 e 22 de outubro de 2009, para discutir o documento de referência para o VI Congresso Interno da Fiocruz, encaminhado pela Presidência às unidades, para discussão e contribuições, seguido de análise e aprovação na sessão extraordinária do Conselho Deliberativo da Fiocruz, no dia 29 de outubro.

Considerando a necessidade de um posicionamento da direção da EPSJV no referido CD, quanto à aprovação do referido documento, e considerando a abrangência e a importância das divergências expressas pelos trabalhadores da Escola Politécnica em relação ao documento em questão, a Assembleia encaminhou a necessidade de se posicionar quanto a esta aprovação, de forma a subsidiar a participação da diretora da unidade no CD Fiocruz.

Sendo assim, após três dias de debates, que contaram inclusive com a participação do Vice-presidente de Desenvolvimento Institucional e Gestão do Trabalho, Pedro Barbosa, a Assembleia da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz deliberou a não aprovação do documento “Fiocruz 2030. Missão, Visão de Futuro e Diretrizes Estratégicas”, como referência para o VI Congresso Interno da Fiocruz.

Tal posicionamento reflete a compreensão de que o processo político preparatório para o VI Congresso Interno encontra-se comprometido, tanto pela brevidade do calendário proposto, quanto pelo posicionamento único expresso pelo referido documento. Sendo este um documento base para o Congresso Interno, deveria contemplar teses variadas, construídas a partir dos momentos preparatórios (Seminários e outros) que costumam anteceder o mesmo e que possibilitam a participação mais ampliada e a apropriação dos temas em discussão, pelos trabalhadores das diversas unidades que compõem a Fiocruz.

É tradição no processo do Congresso Interno da Fiocruz a preparação dos trabalhadores da Fundação para o temário que será objeto de discussão e deliberação pela plenária do Congresso, culminância de um processo participativo que dispara discussões e reflexões e agrega contribuições das várias unidades da Fiocruz. Não poderia ser diferente com temas da importância que o documento traz, ou seja, o planejamento de longo prazo da Fiocruz, a

---

<sup>1</sup> Documento produzido a partir das falas dos trabalhadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz nas assembleias citadas no texto e de documentos públicos da EPSJV/Fiocruz no campo da educação profissional em saúde.

redefinição de sua missão e a modificação de seu modelo de gestão. Por isso, questionamos a urgência e os prazos encurtados postos para o VI congresso Interno, até este momento, mas reiteramos a importância e a pertinência da pauta proposta para o referido Congresso.

Pensamos que, quão mais longo for o prazo sobre o qual desejamos planejar, tão mais prolongado e mais coletivo deve ser o processo de construção desse plano, para que ele possa ser sustentado pelo coletivo que o concebeu. Isso inclui todas as etapas de planejamento, desde o diagnóstico, da análise da situação e dos recursos de que dispomos, assim como da construção dos cenários possíveis e das estratégias que adotaremos na realização de nossos objetivos e no cumprimento de nossa missão. Isso porque compreendemos que, tão mais forte e sustentável será esse plano, quanto mais democrático e participativo for o processo de sua produção, envolvendo e comprometendo o coletivo dos trabalhadores com o plano resultante desse processo.

Por pensarmos planejamento além de sua dimensão técnica e por pensá-lo também como ato político e como campo de disputa, nós discordamos do cenário único apresentado pelo documento e da posição em que é posta a Fiocruz diante dele. Essa posição parece ser a de como deve a Fiocruz ajustar-se a um cenário dado como certo, inexorável, com tendências não questionadas e previsões unidirecionais.

Em sentido oposto, entendemos que, aliando a sua experiência de pesquisar, desenvolver e produzir tecnologias e insumos à sua capacidade de formular e propor políticas, propostas e planos para a Saúde Pública, a Fundação Oswaldo Cruz pode intervir sobre o cenário de possibilidades futuras para o campo da saúde no Brasil. Tomando isso como premissa, ou seja, que a Fiocruz é uma instituição que dispõe de força política e condições técnicas que lhe permitem contribuir para a transformação do contexto da saúde, numa ação sinérgica com outras instituições públicas de ciência, tecnologia e saúde, e buscando articular-se aos movimentos sociais de base popular pelos direitos sociais, os trabalhadores da Fiocruz podem e devem construir uma outra tese que possa ser apresentada ao Congresso Interno.

Somos premidos a isso em função de nosso compromisso com os princípios e as diretrizes construídas no Movimento Sanitário no Brasil e que resultaram na formulação do Sistema Único de Saúde, tornado realidade num contexto político-econômico adverso e transformado num campo de luta entre projetos societários de diferentes matrizes.

Devemos atentar-nos para o fato de que, indagando-nos sobre a natureza de nossas atribuições, sobre a quem são devidas nossas responsabilidades, com que direitos e deveres comprometemo-nos diante da sociedade brasileira e sobre qual lugar nos cabe nessa

sociedade, posicionamo-nos também em relação à Saúde Pública. Devemos nos perguntar de que forma contribuimos melhor com a realização da universalidade do acesso aos bens e serviços de saúde, da integralidade da atenção aos problemas de saúde-doença de que padece a população brasileira e com a promoção da igualdade.

Como instituição pública do Estado brasileiro, como deve ser a nossa relação com esse Estado e com a sociedade? Com que grau de autonomia? Em que condição jurídico-institucional podemos melhor cumprir nossa missão e os nossos compromissos com a população brasileira? Como essa condição precisa estar organizada e de que instrumentos é preciso dispor, para que se cumpra, da melhor forma possível, tal missão?

Essas perguntas precisam ser feitas, antes que a resposta seja dada, como está no documento na proposta do modelo de gestão da empresa estatal especial. E a resposta precisa ser construída pelo coletivo dos trabalhadores da Fiocruz, premissa da democracia institucional, mas esta resposta precisa ser apresentada, em última instância, à sociedade brasileira, a quem entendemos pertencer por direito, esta instituição, e a quem devemos prestar contas de nossas decisões.

As divergências apontadas pelos trabalhadores da Escola Politécnica em relação ao documento abrangem vários outros aspectos da tese única que este apresenta. Entre outras coisas, notou-se que o documento expressa uma visão institucional de base predominantemente gerencial, composta por uma concepção de planejamento com viés regulatório-controlador, que supõe poder resolver os problemas institucionais e, por extensão, da vida em sociedade, por meio da instrumentalização da ciência, posta a serviço do mercado e obediente às suas leis e normas.

Decorre desse ponto de vista, que problemas e questões de caráter político são tratados como fatos econômicos ou produtos de um futuro inexorável, onde o mercado e suas vicissitudes predominam como modelo de relação social.

Numa visão de futuro, como a que propõe o documento apresentado, compreendemos que a Fiocruz 2030 enfrentará e, ao mesmo tempo, fará parte de um cenário com conflitos e contradições gerados nas relações sociais de produção e reprodução, em movimento visando atender à necessidade de expansão do capital. Trata-se de posicionamento que sustenta não cair na máxima de “predizer o futuro” (ideário confesso do ímpeto controlador) e, ao mesmo tempo, perceber a necessidade de planejamento que abarque período de produção significativo em uma geração, e em uma possível transformação institucional.

Não há dúvida de que, na Fiocruz 2030, a C&T em Saúde terá um papel central. É preciso, no entanto, não ignorar o perigo de se tomar a tecnologia de forma fetichizada, como o único ou o principal caminho para uma Fiocruz estratégica. Com essa tendência, que parece presente no documento do VI Congresso Interno, áreas priorizadas pela Reforma Sanitária, como o trabalho com a promoção da saúde ou junto aos movimentos sociais, são desconsideradas como “portadoras de futuro”.

Sendo assim, há que se debater exaustivamente qual o sentido de desenvolvimento científico & tecnológico para tornar a Fiocruz cada vez mais referência para a sociedade no campo da saúde. Entretanto, há que se notar que a C&T será, durante o referido período, um campo de disputa, como sempre o foi.

De um lado, a já vivida captura da política e da produção, nesta área, pelo ideário da “vida administrada”, e pela necessidade de expansão do capital. Um projeto pautado pelo desenvolvimento do capital, que segue a compreensão hegemônica, nas últimas décadas do século XX e nesta primeira década do século XXI, de que devem ser definidos os necessários produtos tecnológicos a serem desenvolvidos em cada setor, como mercadorias, e que comunga com a idealização da noção de progresso, sem conflitos, ou cenários em disputa.

De outro, um projeto político e técnico de socialização universal da produção científica, tecnológica, cultural, a serem difundidas e debatidas pelos vários campos do conhecimento e da ação política, como a Educação e a Comunicação, e viabilizadas pelo Planejamento e pela Gestão, cujas premissas, diretrizes e métodos também expressam e concorrem para a realização de projetos societários.

No que se refere à Saúde, o que se pode observar no projeto de C&T sob o ideário da vida administrada é uma exacerbada predominância do discurso gerencial e economicista em detrimento das orientações e dos princípios da Saúde Pública. No sentido inverso, sob a égide da Saúde Pública (portanto voltada à sociedade, e que aposta na Saúde como um processo civilizatório), trata-se de disputar continuamente os espaços públicos e fortalecer suas instituições, de forma a que se coloquem a serviço da população e da construção e realização dos direitos sociais.

Nessa forma de conceber a Saúde Pública, cabe questionar o documento e seus elaboradores sobre como, no decurso de vinte anos, o SUS transformou-se, no nosso discurso, de bandeira de luta e imagem objetivo em um dos clientes da Fundação Oswaldo Cruz. É esse o lugar que a Fiocruz busca ocupar na sociedade brasileira? Como produtora de tecnologia, bens e serviços a serem comprados pelo Estado e outros clientes que se apresentarem?

A lógica mercantil já identificada, aliada à concepção de Estado presente no documento-referência para o VI Congresso Interno, se reflete também nas suas análises e expectativas em relação à posição do Brasil como liderança na América Latina e na África — uma discussão fundamental na orientação dos rumos das ações de cooperação internacional desenvolvidas pela Fiocruz. É preciso ter em conta que também nessa área existem projetos em disputa. A julgar pelo trabalho desenvolvido pela Escola Politécnica e por outras unidades parceiras, o incremento das iniciativas de cooperação da Fiocruz com outros países tem se baseado na troca de conhecimentos e experiências entre culturas, movida pelo princípio da solidariedade entre os povos. Este deve ser, a nosso ver, o sentido do protagonismo do Brasil no cenário internacional. O documento de referência, no entanto, promove um Estado que, tal como suas instituições estratégicas, deve ser, sobretudo, “competitivo”. E, pela ótica da competitividade, a liderança do Brasil e da Fiocruz na América Latina e na África corre o risco de se materializar como imperialismo. Identificamos, portanto, que o documento naturaliza a crescente expansão de uma política imperialista do Brasil que já está em curso e que estaria sedimentada em 2030, com participação ativa da Fiocruz.

### **Modelo de gestão**

A proposta de mudar o modelo de gestão da Fiocruz e, mais especificamente, a aposta na empresa estatal como a melhor alternativa para essa mudança surpreendem, em primeiro lugar, por serem questões absolutamente novas, que não foram temas, por exemplo, do recente processo eleitoral para a presidência da Fiocruz. Do mesmo modo, é preocupante que não se tenha sequer começado de forma ordenada — e, que dirá, esgotado — as discussões sobre as alternativas dentro do modelo atual, de fundação autárquica.

Não se trata, portanto, de negar os problemas desse modelo. Ao contrário, reconhecemos que existem amarras significativas que impedem o avanço de importantes ações e projetos da Fiocruz no seu compromisso com a sociedade. Precisamos, assim, enfrentar as formas engessadas do Estado, que, se forem naturalizadas, também acabam por atender aos interesses do capital. Tampouco trata-se de negar que parte significativa das ações e projetos da Fiocruz é hoje dependente da flexibilidade de gestão permitida pela existência de uma fundação privada, a Fiotec. Nesse sentido, a oposição à proposta de transformação da Fiocruz em empresa estatal e a recusa do referencial que a nosso ver orienta o texto elaborado pela presidência para o VI Congresso Interno não significa, de forma alguma, o encerramento

da discussão e a conseqüente naturalização do que o documento, acertadamente, aponta como modelo híbrido de gestão. Mas acreditamos que a dependência estrutural da Fiocruz em relação à Fiotec precisa ser entendida como mais do que um problema gerencial. O motor para a superação dessa dependência não pode ser apenas a dificuldade, real, de sustentação administrativa da Fiotec, em função, por exemplo, das contestações que ela vem sofrendo pelos órgãos de fiscalização. A Fiotec deve ser vista como um problema também por representar um caminho que pode enfraquecer e comprometer o caráter público da Fiocruz. A alternativa do direito privado (caso da empresa estatal) nos parece, nesse sentido, a regularização administrativa e a formalização legal de um processo que, com um neologismo, podemos chamar de “fiotequização” da Fiocruz.

Reconhecendo, portanto, todos os problemas advindos de um certo engessamento e das soluções que historicamente a Fiocruz construiu, é preciso ainda assim desnaturalizar a certeza presente no documento do VI Congresso Interno, de que não há alternativas dentro do atual modelo de gestão. Ao apresentar a proposta da empresa estatal, o documento reconhece que não existe um modelo jurídico adequado exatamente às necessidades da Fiocruz. Por isso refere-se a uma empresa estatal “especial”. O “especial”, nesse caso, diz respeito a um conjunto de particularidades que, com o papel estratégico, a força política e a capacidade de mobilização institucional, a Fiocruz conseguiria inserir na lei federal que a transformaria em empresa. Isso, vale ressaltar, são apostas. E apostas sem garantias.

Uma alternativa, nos parece, é - depois do intenso debate democrático, em que se diagnostique com mais rigor as reais amarras da Fundação autárquica e suas conseqüências -, usar o mesmo papel estratégico, força política e capacidade de mobilização institucional da Fiocruz para modificar esse modelo, utilizando os meios legais. Com isso, uma outra tese se desenha: a de que o atual modelo pode ser aprimorado e que suas estratégias e seus instrumentos administrativos, normativos e legais podem ser modificados, sempre na medida do cumprimento dos princípios éticos políticos da gestão pública pactuados democraticamente nos fóruns participativos da Fiocruz, de forma que se permita às unidades uma gestão mais competente e eficiente dos recursos públicos de que dispõem e que podem vir a conquistar.

Para isso, cremos, é preciso que nos dediquemos a conhecer e debater estudos — que existem e são contra-hegemônicos no objetivo de preservar o Estado com natureza pública — que discutem esse caminho, enfocando, por exemplo, a flexibilização da Lei 8.666. Se essa for uma alternativa, a força da Fiocruz precisa se juntar à força de outras instituições que vivem o mesmo contexto.

Em segundo lugar, o documento não deixa claros os motivos por que o modelo da empresa estatal solucionaria os problemas de engessamento da fundação autárquica. Buscando fontes de informação externas ao documento, já que ele não se dedica a esse ponto, compreendemos, por exemplo, que as empresas estatais também estão sujeitas à Lei 8.666, que certamente traz algumas das principais amarras da administração do Estado.

Da mesma forma, a terceirização, que é, de fato, um grave problema que a Fiocruz precisa enfrentar, também não se resolve com a empresa estatal. O argumento de que esse modelo de gestão garante autonomia para a criação de cargos de concurso, sem a dependência da administração direta, por um lado, não associa essa “liberdade” com a questão da disponibilidade e prioridade orçamentária e, por outro, restringe a terceirização a um viés administrativo, desvinculando-a da concepção de Estado e das relações de trabalho do capitalismo contemporâneo. Ainda em relação à gestão do trabalho na Fiocruz, é preciso que se discuta sobre o sentido e as consequências da existência formal de servidores com dois tipos de vínculos: RJU e CLT, tendo em vista ser este último o regime jurídico previsto para a empresa estatal e que tende a conviver ainda por longo tempo com o primeiro. É certo que já convivemos hoje com esses e outros tipos de vínculos. Mas esse, nos parece, é um cenário a ser superado e não naturalizado e oficializado sem críticas.

Entendemos, por fim, que o atual modelo de gestão da Fiocruz, ou qualquer outro que se apresente como possibilidade de superação para os problemas encontrados no modelo atual precisa ser confrontado com a sua capacidade de dar respostas e de se comprometer com a realização dos princípios e diretrizes e com os compromissos éticos e políticos firmados pelo coletivo dos trabalhadores da Fiocruz em seu Congresso Interno. Com isso, queremos subordinar qualquer discussão de gestão à discussão da natureza da Fiocruz, da sua missão diante da sociedade e das suas responsabilidades diante dos direitos devidos à população brasileira no campo da saúde. Da mesma forma, queremos vincular a discussão sobre o formato de gestão à capacidade de disponibilizar a seus trabalhadores as formas justas de vinculação institucional, que lhes garantam tanto os direitos associados ao trabalho como também as condições de exercê-lo como trabalhadores do Estado e não de governos ou gestores.

## **Pesquisa, educação, produção, clínica e ambiente: desafios de um plano integrado de C&T em Saúde**

Como referência para o planejamento estratégico da Fiocruz pelos próximos 20 anos, identificamos os seguintes problemas:

- a) A noção de CEIS é limitada para a análise do campo da saúde, bem como da atuação da Fiocruz como instituição complexa de Estado;
- b) A construção de cenários e a análise de conjuntura está baseada essencialmente em uma escola do pensamento econômico e reduz os processos sociopolíticos a relações entre agentes econômicos no mercado;
- c) A Fiocruz é uma instituição pública de pesquisa com atuação na pesquisa (em biomedicina e ciências humanas e sociais em saúde), produção (de vacinas, medicamentos e insumos diagnóstico), assistência e no ensino. Nesse sentido, o documento deveria partir de uma análise crítica de cada área e traçar suas perspectivas, buscando suas interseções e transversalidades;
- d) Nos últimos anos a Fiocruz definiu um conjunto de Programas Institucionais que estruturam seu PPA. O documento do VI Congresso Interno, que, em última instância pretende subsidiar o planejamento estratégico da Fiocruz, não observa a estrutura que ordena o PPA e o Plano Quadrienal.

Com relação aos Programas Institucionais e as atividades da Fiocruz, consideramos que o documento do VI Congresso Interno é omissivo em muitos pontos, além de fazer uma análise insuficiente e incompleta do “estado da arte” e das perspectivas de cada uma das atividades da Fiocruz. Especificamente sobre as atividades de pesquisa e produção, fazemos, a seguir, algumas considerações.

As unidades de produção da Fiocruz deveriam desempenhar uma determinada posição no modelo de saúde desenhado pela Reforma Sanitária. Ambas também ocupam uma posição central na atual política do Ministério da Saúde (Programa Mais saúde). No entanto, o documento do VI Congresso Interno não apresenta dados sobre a capacidade instalada de produção, volume de produção e cartela de produtos dessas unidades. Nesse sentido, ele não reúne elementos para analisarmos a posição atual das duas unidades no SUS e frente à política de saúde vigente. Porém, também não há considerações sobre a política pública atual de vacinas, insumos diagnósticos e fármacos, seus impasses e estratégias; em especial, não há

considerações sobre políticas e estratégias para os produtores públicos de imunobiológicos e fármacos.

O documento não faz considerações sobre as tecnologias que hoje sustentam a produção dessas unidades. É omissa também na análise da atual estratégia de basear a produção em acordos para aquisição de tecnologias. Quais são os benefícios e problemas desse modelo a longo prazo?

O desenho de possíveis cenários futuros para a produção de imunobiológicos e fármacos peca ao não estabelecer relações entre tecnologias emergentes (algumas em uso), o quadro sanitário nacional, a capacidade de produção e a capacidade de investimento institucional / estatal nas duas unidades. Seria desejável que um documento que aponte perspectivas para 2030 também se detivesse na análise do perfil da força de trabalho das unidades de produção, indicando necessidades de formação visando ao fortalecimento da capacidade de desenvolver tecnologias.

Em relação à atividade de pesquisa, os problemas e as lacunas são variados. Para não estender demasiadamente o universo de análise, podemos dizer que nos últimos dez anos a C&T foi objeto de um conjunto expressivo de ações. Houve um aumento significativo dos recursos para P&D, mudanças no marco legal (Leis de Inovação, Biotecnologia, Propriedade Intelectual etc), a conjugação de políticas interministeriais (MS, MCT, ME) e a entrada de novos atores (BNDES). Nesse mesmo período, mas com destaque para os últimos oito anos, o Ministério da Saúde implementou uma série de ações, conformando uma política específica para C&T em saúde. A Fiocruz, por seu turno, desenvolveu uma série de novas iniciativas (PDTIS, PDTSP, GESTEC-NIT, CDTS), associando-as a iniciativas anteriores (PAPES, GESTEC, PV, PIBIC, TEC-TEC). Entretanto, o documento do VI Congresso Interno não faz uma análise das políticas públicas de C&T e de C&T em Saúde. Não há nenhuma menção também às ações da Fiocruz.

O documento menciona algumas tecnologias, mas está longe de desenhar tendências tecnológicas para a área de biomedicina. Consideramos que um documento de perspectivas para 2030 deveria, no que toca à C&T, dedicar-se à discussão da convergência entre tecnologias (como a bionanotecnologia ou a nanomedicina), seus possíveis impactos para o quadro epidemiológico nacional e para a pesquisa. O atual padrão tecnológico da biomedicina, por sua vez, já aponta para a necessidade de aumentar o investimento na infraestrutura e na formação de pesquisadores, tecnólogos e técnicos. Um exemplo é a crescente demanda por aumento da capacidade de processamento de informações e armazenamento de

dados, trazida pelo uso intensivo da bioinformática. A formação de equipes de pesquisa e a gestão da pesquisa também são impactadas pela adoção desse padrão. A necessidade de incrementar a pesquisa clínica traz desafios como o investimento na organização e manutenção de biotecas.

Aliás, o documento não analisa a gestão da pesquisa na Fiocruz e não reúne elementos que nos possibilitem vislumbrar a médio e longo prazo quais são os desafios dessa gestão.

Há também pontos e questões transversais que não foram explorados pelo documento. A pesquisa clínica em alguns sentidos poderia ser tratada como área transversal entre a produção e a pesquisa. Como incrementar a capacidade de produção e a pesquisa com insumos em saúde visando ao desenvolvimento de novas drogas sem investimentos na capacidade de realizar estudos clínicos? Como associar as pesquisas na área de bioética com o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento de estudos clínicos?

O documento faz inúmeras considerações sobre mudanças climáticas e seus possíveis efeitos. A área de pesquisa em saúde e ambiente está em franco crescimento na Fiocruz. Porém, o documento não indica a necessidade de estabelecermos relações entre essas pesquisas e as atividades das unidades de produção. Mudanças climáticas que geram o deslocamento de vetores de doenças e a migração de populações humanas entre continentes podem mudar o quadro atual de doenças negligenciadas e mais negligenciadas pela indústria farmacêutica. Por exemplo, um eventual aumento de casos da Doença de Chagas no sul da Europa e dos EUA pode despertar o interesse de uma grande empresa farmacêutica na pesquisa e produção de novas drogas? Como isso afeta a pesquisa em biomedicina e as estratégias de longo prazo dos produtores nacionais de medicamentos? Mudanças climáticas e as políticas de redução de pobreza são capazes de alterar o quadro sanitário nacional marcado pela associação de doenças crônico-degenerativas com doenças parasitárias?

Segundo dados dos últimos relatórios de atividades da Fiocruz, as linhas de pesquisa compreendidas pela área de ciências humanas e sociais em saúde estão entre as mais promissoras em termos de produção. O documento não discute esse dado, não analisa as políticas públicas específicas para essa área e tampouco as ações da Fiocruz.

O campo da educação também está subdimensionado em suas possibilidades.

Não podemos esquecer que a educação também é campo de disputa e que está hoje em curso, não sem resistências, uma tendência à superficialidade das concepções de homem, de aluno e de professor no discurso educacional hegemônico. Na educação, mas não só aí, ela contribui para manter vivo o mito da atuação especializada do legislador, do administrador e

do teórico, em substituição às incertezas da construção política, da deliberação coletiva, da também compreensão da iniciativa empírica e singular.

Tal discurso naturalizado vale-se de métodos e conceitos supostamente inovadores, cuja complexidade residiria na pretensa capacidade de adaptação e resposta às mudanças constantes operadas no mundo, especialmente, no mundo do trabalho flexibilizado.

No campo da produção do pensamento crítico educacional na saúde, as perguntas que se colocam podem ser traduzidas de maneira resumida nos seguintes questionamentos: como formar, no seio de uma sociedade heterônoma, o cidadão autônomo? E como fazer para superar, ainda aqui, a irresistível tendência que leva as sociedades a sacralizar alguns valores específicos, realizando e legitimando a exclusão não só de outros grupos sociais e valores, mas da própria autocriação da autonomia?

Uma outra inovação no campo educacional, já presente na Fiocruz, que caminha na busca de respostas a essas questões, é o entendimento da pesquisa como um dos princípios educativos e o desenvolvimento de tecnologias sociais e solidárias à saúde da população. A concepção de desenvolvimento tecnológico se pauta na relação entre técnica, ciência e ética. Uma construção de sentido democrático, inseparável, portanto, do sentido de civilização contra a barbárie, da negação da utilização da ciência contra a humanidade, contribuindo para a sua destruição, e do privilégio de acesso aos seus benefícios para os setores hegemônicos da sociedade.

Trata-se de afirmar as inflexões da ciência sobre a técnica, gerando tecnologias voltadas para a educação dos trabalhadores da saúde. Entenda-se também como tecnologia a construção de currículos, de planos de cursos, livros, vídeos, etc.

Há que se ressaltar que dimensões da pesquisa são tomadas como premissas: a pesquisa como condição para a qualidade do trabalho dos professores da formação em saúde e na formação humana (ética, política e técnico-científica) dos trabalhadores e futuros trabalhadores do SUS. Portanto, a pesquisa como princípio educativo, que nega a concepção que a entende como reguladora e organizadora do ensino a ser realizado na escola. Isso significa perceber ensino e pesquisa como práticas articuladas, mas distintas, integradas nas dimensões ética, política, cultural e técnica da educação, partes integrantes do processo educativo, no âmbito da formação humana. Nessa configuração, são afirmadas a ética e a política como fundamentos da pesquisa e o homem e as relações sociais como construtores do conhecimento, criando, assim, possibilidades de contribuir para a superação do fato de que a ciência por si só não garante a ética.

Considerando a produção do conhecimento científico engendrada pelas relações sociais, trata-se de reconhecer que a construção do conhecimento é individual, coletiva e social; é trabalho, sempre em construção, ligado aos interesses dos indivíduos, dos grupos, das instituições, no campo, na cidade e na floresta.

A concepção da pesquisa como princípio educativo articula a produção do conhecimento a um projeto político-pedagógico, a uma concepção de educação que expressa, como campo, a luta entre projetos distintos de sociedade. Nesse caso, a produção do conhecimento sofre influência direta da concepção de educação adotada que, por sua vez, revela um projeto de sociedade da qual compartilha.

Assim, não podemos esquecer que a concepção de ciência eleita promoverá inflexões na educação. Essa relação entre educação e produção de conhecimento científico pode ser útil tanto aos projetos de dominação quanto aos de emancipação. Na contramão, portanto, de uma suposta neutralidade da ciência e da prática educativa, a pesquisa como princípio educativo diz respeito a uma ação do pensamento (sensível e racional), inserida na totalidade social e cuja construção do sentido está revelada.

### **Considerações Finais**

É sempre bom ressaltar que as Assembleias realizadas na EPSJV enaltecem o espaço e a importância do Congresso Interno para a Fiocruz. Como de costume, pensamos e buscamos viver o trabalho com sentido coletivo e emancipador. Trabalho coletivo que é sempre importante, sobretudo em épocas difíceis como a que vivemos, em que o jogo de forças favorece o mundo da mercadoria, os interesses privados contra o interesse público e coletivo. Como já fizemos antes na Fiocruz, entendemos que é preciso, mais uma vez, partir dos maus tempos presentes, debater e resistir (reagir e criar).

A tradição de luta e de trabalho coletivo da Fundação Oswaldo Cruz, ao longo de toda a sua existência, favorece e facilita o trabalho que estamos realizando. É sempre hora de opor o interesse público, democrático e socializado, aberto e crítico, ao que há de desumano e regressivo no modo de produção da vida. É a Educação para a emancipação, contra a barbárie, como diria Adorno. É a Saúde como processo civilizatório, em que é necessário “blindar” o público, como disse Sérgio Arouca.

É justo esse horizonte que nos faz caminhar, que nos faz pensar, que nos faz imaginar, que nos faz trabalhar. Que nos faz desafinar o coro dos contentes e dos conformistas. Que nos trouxe até aqui e que nos levará mais adiante, passo a passo, dia a dia, gratos pelos que viveram e trabalharam e lutaram antes de nós, para mais adiante deixar o legado da construção coletiva aos que vierem depois de nós.

Nesse caminho, e neste momento, há necessidade de se reformular também o calendário do VI Congresso Interno, visando à construção do próximo documento que expresse a pluralidade do pensamento institucional, promovendo uma interação maior da Presidência com as bases das Unidades, pois, por mais que o pensamento dos Diretores das Unidades seja significativo, o Presidente foi eleito por todos os trabalhadores servidores, portanto, tem legitimidade garantida para com eles dialogar.

Renovamos aqui nosso compromisso com o convívio civilizado e democrático, o crescimento profissional e afetivo, a discussão aberta e crítica, o pensamento e a prática unidos no trabalho que forma, esclarece e pode emancipar. Nosso projeto é parte de um projeto maior, de uma sociedade, de um país, de um Brasil que venha a superar suas seculares injustiças, suas formas agudas de violência e opressão. Temos um horizonte a construir, como o fizeram as gerações que nos antecederam na lutar, que é o da justa partilha coletiva da riqueza social, da paz fundada na justiça social, na partilha igualitária da riqueza material e cultural que produzimos socialmente.